



Começam audiências regionais da Segurança

Com a presença de representantes da sociedade civil organizada, comunidade e autoridades locais que lotaram na noite de ontem (8) o Colégio La Salle, em São Miguel do Oeste, a Comissão de Segurança iniciou a série de 15 audiências públicas regionais em que estarão sendo discutidos os problemas e as soluções para a violência. Até o dia 30 de setembro a Comissão vai entregar um diagnóstico ao governo estadual. Hoje (9), a audiência acontece a partir das 9 horas, na Câmara de Vereadores em Chapecó. Após o encontro, visitam o presídio regional, a penitenciária agrícola e a Casa de Recolhimento de Menores.



Audiências

- 1 - São Miguel d'Oeste - 08/05
- 2 - Chapecó - 09/05
- 3 - Joinville - 22/05
- 4 - Blumenau - 23/05
- 5 - Araranguá - 05/06
- 6 - Criciúma - 06/06
- 7 - Tubarão - 06/06
- 8 - Mafra - 26/06
- 9 - Canoinhas - 27/06
- 10 - Itajaí - 07/08
- 11 - São José - 08/08
- 12 - Concórdia - 21/08
- 13 - Joaçaba - 22/08
- 14 - Lages - 04/09
- 15 - Rio do Sul - 05/09

Trapiches devem atender legislação ambiental

Articulação com o Ministério Público, encaminhamento de projetos, atendendo a toda a legislação ambiental, às determinações da Fatma e Ibama, e do Patrimônio da União. Este o encaminhamento que devem dar os responsáveis pelos trapiches (plataformas pesqueiras), que receberam notificações obrigando sua destruição e impondo multa.

Desta forma serão mantidos os trapiches de Içara (dois) e de Arroio Silva (um). As três plataformas de pesca, construídas pela empresa Brandão há mais de 20 anos, somam mais de três mil associados e além de serem importantes economicamente, incorporam atividades turísticas, de lazer e esportivas. A garantia da manutenção e a possibilidade de reversão das multas - já que as constru-

ções foram feitas antes de 1988, quando a Constituição incorporou exigências ambientais ampliadas posteriormente, foi dada quarta-feira (7) pelo chefe de Serviços de Operações Sociais do Patrimônio da União em Santa Catarina, Humberto de Almeida, na reunião da Comissão de Agricultura.

"O que estamos vendo aqui é a intenção de todos para uma solução e não há, em absoluto, intenção do órgão em interpor dificuldades, e sim de regularizar a situação. Só podemos conceder a cessão destas áreas pertencentes à União com a correção e adequação dos projetos e das construções às exigências da legislação ambiental, sem as quais nós não podemos, por força legal, fazer a cessão", explicou Almeida. (MMV)



Almeida, à direita, e os deputados Mauro Mariani (PMDB), presidente da Comissão, e Comin

Homenagem à Rádio Guarujá

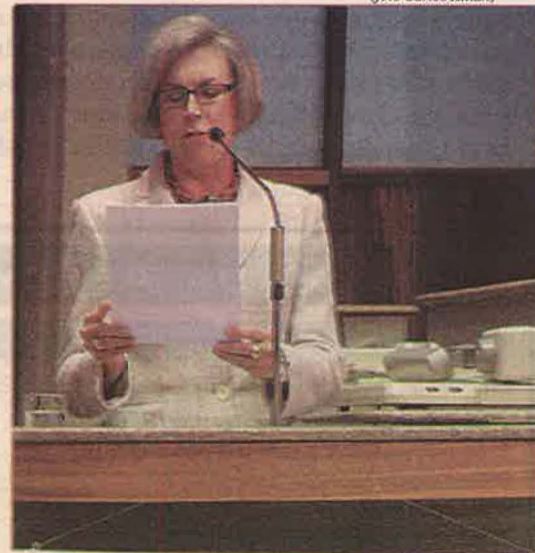
Assembleia realizou sessão especial na noite de quinta-feira (8), requerida pelo deputado Celestino Secco (PP), para homenagear os 60 anos da Rádio Guarujá. Além de comemorar o aniversário da emissora, o Legislativo homenageou com placas personagens que fizeram a história da emissora e do estado, como Mozart Régis, o "Pituca" (in memoriam), Cláudio Alvim Barbosa, o "Zininho" (in memoriam), Gustavo Neves Filho e Aderbal Ramos da Silva (in memoriam).

O deputado Celestino lembrou que tudo começou na década de 40, quando alto-falantes espalhados em pontos estratégicos de Florianópolis transmitiam oferecimentos musicais, notícias e, no final das tardes, a Ave Maria. Aparelhos que o espírito irreverente do ilhéu passou a chamar de bocas de jacaré, que originaram a Guarujá. O proprietário dos alto-falantes, Ivo Serrão Vieira, instalou oficialmente em 14 de maio de 1943. Foi a primeira emissora da Capital e a terceira a ser criada no estado. Em 1946, passou às mãos do empresário e político Aderbal Ramos da Silva, que deu outro perfil à emissora.

Comunitária - Atualmente, é dirigida pela filha do ex-governador Aderbal Ramos da Silva, Sílvia Hoepcke da Silva e o neto, Fábio

Comelli. Sílvia falou em nome dos homenageados e enfatizou que "a Guarujá foi a pioneira em Florianópolis mas não parou no tempo procurando acompanhar os passos da modernidade. Também usaram a tribuna para homenagear a Rádio Guarujá os deputados Antonio Carlos Vieira (PP), Djalma Berger (PFL) e Nilson Gonçalves (PSDB). (CA)

(foto Carlos Kilian)



Sílvia Hoepcke da Silva

A aplicabilidade dos recursos do SUS *

Como presidente da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa de Santa Catarina e, atendendo a legislação federal vigente, tomamos a liberdade de convocar todos os secretários de Saúde dos municípios do estado, bem como os presidentes de Câmaras Municipais de Vereadores e, principalmente, o secretário de Saúde do Estado, Fernando Agustini, objetivando discutir a análise e divulgação de relatórios trimestrais sobre o montante e a fonte de recursos aplicados, as auditorias concluídas ou iniciadas no período, bem como a oferta e produção de serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada. Aos secretários do Poder Executivo cabe executar e aos Legislativos, cabe a fiscalização da aplicabilidade dos recursos públicos, neste caso do SUS (Sistema Único de Saúde), conforme determina o artigo 12 da Lei Federal nº 8.689/93 e o artigo 9º do Decreto federal nº 1.651/95 e que devem ser cumpridos.

Nosso objetivo maior é o de ver os recursos do SUS serem aplicados com transparência e essa justificativa está na análise e na divulgação dos relatórios sobre o montante e a fonte dos recursos aplicados. Além disso, faz parte da obrigação dos secretários divulgarem as auditorias concluídas ou iniciadas e as Câmaras de Vereadores fiscalizarem isso.

Outro fato que vamos procurar discutir é a informação da oferta e a produção de serviços, credenciados pelo SUS, tanto na rede assistencial própria, contratada ou conveniada pelos municípios. Com certeza, com a aplicabilidade da Lei, teremos como resposta um melhor atendimento e uma melhor oferta de serviços à comunidade. Todos devemos estar conscientes de que a Saúde é um direito de todos, mas antes de tudo, dever do Estado.

***Deputado Clésio Salvaro (Sem partido)**

Quem vai ganhar essa guerra? II *

Podemos facilmente reconhecer o pânico em que vivemos, acudados, murados, medrosos de tudo e de todos, por causa do aumento da criminalidade, especialmente nas grandes cidades. Crimes e criminosos sempre existiram. Mas aqui estou falando daqueles que estão relacionados, na maioria dos casos, diretamente à pobreza, à falta de perspectiva de um futuro digno, à perda total da esperança e da dignidade. Para quem lida diariamente, como eu, com a população de baixa renda ou de nenhuma renda, tem mais facilidade de acompanhar os "casos" e fazer um diagnóstico mais próximo da realidade.

Ainda hoje, apesar de toda evolução (televisão, Internet etc.), existem pais que colocam seus filhos para fora de casa quando atingem a maioridade ou engravidam, ou se envolvem com drogas, ou descobrem sua homossexualidade, etc.. "Que vergonha para a família!" Pensam eles ingenuamente!!

Quando a situação financeira é boa, o sofrimento é somente emocional, psicológico. Mas, em muitos casos, esses excluídos do convívio doméstico não dispõem de meios para sobreviver e a situação chega a ser dramática. Muitas vezes o destino dessas pessoas é se transformar em morador de rua. Essa gama de excluídos irá se juntar àqueles

que já estiveram presos, e que ora se encontram egressos do sistema prisional carregando o estigma do "nome sujo", o que dificulta ainda mais a obtenção de um trabalho com carteira assinada. Isso tudo aliado à desestruturação familiar que contribui também com o destino às ruas.

Agora some ao êxodo rural, a imigração nacional, a escassez de emprego, a falta de capacitação, de qualificação de educação, etc., etc., etc..

Diante desse quadro, é fácil explicar, sem querer justificar, porque algumas famílias são coagidas material e emocionalmente, acabando por aceitar em colaborar com o tráfico de drogas, em troca de pagamento que certamente irá garantir habitação, alimentação, saúde, energia elétrica, água e educação, suprimindo aquilo que o Estado promete e não cumpre, até porque nem se encontra suficientemente preocupado em direcionar políticas públicas eficazes para qualquer desses setores.

O crime é organizado, dispondo de dinheiro sem fim, armamentos de primeira linha, ausência de ética e lei a respeitar. Por outro lado, o estado é notoriamente desorganizado, sofre o problema da corrupção endêmica, da incompetência generalizada e outros males.

Adivinhe quem vai ganhar essa guerra?

***Deputado Nilson Gonçalves (PSDB)**

Petróleo de SC: a esperança com a Alesc *

A Assembléia aprovou proposição de nossa autoria, criando o Fórum Parlamentar Permanente para tratar da questão do petróleo de Santa Catarina e, com isso, revigorando as esperanças de que possamos, pela via política, conseguir finalmente resolver uma questão vital para toda a sociedade catarinense. Mais especificamente, queremos que o Parlamento assuma a batalha que o Estado vem travando na Justiça desde 1988 com o Paraná, restituindo-nos o que nos é de direito – e de fato.

Acredito que o trabalho a ser desenvolvido a partir de agora pelo Legislativo, por intermédio do Fórum Permanente, irá resolver esse impasse de uma vez por todas. Um impasse que desde 1988 vem desafiando todos os esforços empreendidos pelo Governo e sociedade catarinense.

A polêmica começou quando, naquele ano, o IBGE mudou os critérios para cálculo do território marítimo dos estados e, com isso, um dos poços de petróleo de Santa Catarina passou a pertencer ao Paraná que recebe, desde então, os respectivos royalties. O poço em questão fica a 200 quilômetros de Itajaí, produz uma média de 4.204 barris de óleo combustível por dia, a cinco mil metros de profundidade.

As perdas em royalties, desde então, têm se avolumado. O IBGE foi o órgão responsável pela medição e definição dos limites, baseado em métodos não fidedignos para medição de águas territoriais. A legitimidade para este tipo de medição pertence à Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) da Marinha Brasileira.

Nosso Estado entrou com uma ação cível originária (número 444 no Supremo Tribunal Federal) contra o IBGE e, na época, o ministro Carlos Veloso fez a solicitação de um perito-técnico para análise e parecer sobre o resultado das medições.

Esse perito solicitou aos interessados a indicação de representantes para assessorá-lo. Após as diligências necessárias, apresentaram um relatório minucioso e convincente ao Ministro, que na ocasião havia subido à Presidência do STF e, alegando impedimento para julgar o processo, passou a outro relator, Ministro Moreira Alves.

O trâmite tem sido lento, ao contrário da pressa com que se esvaem os lucros que, com certeza, nos pertencem.

***Deputado Lício Mauro da Silveira (PP)**

Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

Leitores e eleitores têm espaço neste informativo. Para o **Pergunte ao Deputado**, onde o leitor pode fazer questionamentos a parlamentares por ele determinados, as perguntas podem ser encaminhadas por telefone (48) 221-2753, ou pelo e-mail pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br. Para o espaço **O Leitor**, reservado às manifestações diversas - críticas, sugestões ao Jornal e ao parlamento - podem ser feitas através do fax (48) 223-7021 ou pelo e-mail oleitor@alesc.sc.gov.br.

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Sérgio Godinho (PTB)

4º Secretário: Francisco de Assis (PT)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita e Carlos Agne

Estagiária: Denise Arruda Bortolon

Assessores de Imprensa: Acácio Martins, Ana Maria Baggio, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Dayana Rampinelli, Danilo Barcellos Coutinho, Edson Junkes, Emanuelle Torres, Evandro Saad, Felipe Antônio Damo, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandy Cortes Real, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcelo Lubi, Marcelo Santos, Marco Zanfra, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Nara Cordeiro, Priscilla da Silva Souza, Rita de Cássia Lombardi, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Graziela May Pereira e Valeska Bittencourt Coelho

Diagramação: Rafael dos Santos

Revisão: Mirela Maria Vieira

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Freitas e Ronaldo Rolnei Souza

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Distribuição: Setor de Expedição
Impresso na Gráfica Zero Hora

INSTITUCIONAL

Representantes da Acorda entregam reivindicações

O coordenador geral da Associação Catarinense de Redutores de Danos a Usuários de Drogas Injetáveis (**Acorda**), Mário Henrique Francisco Cardoso, entregou quarta-feira (7) ao presidente da Assembleia, deputado Volnei Morastoni (PT), documento com reivindicações tanto de ajustes na legislação quanto na mediação de audiências públicas para debater com comunidades e instituições envolvidas no combate e prevenção da AIDS, hepatite e outras doenças sexualmente transmissíveis (DST).

A **Acorda** é integrado por ex-usuários de drogas injetáveis, em sua maioria, que trabalham distribuindo seringas e agulhas para usuários, reduzindo assim os riscos de ampliação das DSTs. O trabalho tem a parceria da *Coordenadoria do Programa de Redução de Danos da Secretaria Estadual de Saúde*, representada pelo coordenador, o especialista Cid Gomes. Instalado em 97 em Florianópolis e Itajaí (campeãs nacionais nas estatísticas da AIDS), e hoje espalhado com 14 regionais que atendem 12 municípios e cidades localizadas em seu entorno (caso de Palhoça, na Grande Florianópolis, por

exemplo), abriga diversas organizações não-governamentais (ONGs) e atua em parceria com as secretarias de Saúde e órgãos a elas vinculados, mais especificamente na área de DST. Os procedimentos desenvolvidos atendem ao programa internacional de controle de drogas da Organização das Nações Unidas (ONU).

"35% dos casos de AIDS são de usuários de drogas injetáveis", afirmou Adriano Mosimann, que integra a Associação. Rastrear os usuários, assinalou, é um trabalho difícil - já que a legislação brasileira iguala traficantes e usuários, ou seja, transforma os usuários em marginais e bandidos. Para localizá-los, diz Cardoso, contam com a ajuda da

comunidade e compreensão das polícias e da Justiça. "É garimpo. Vamos procurá-los em casas abandonadas, matagais. No começo do nosso trabalho, encontramos alguma resistência de instâncias da Justiça e da polícia, mas agora temos contado com a compreensão deles", explica.

A implementação tanto do Programa no âmbito da Secretaria estadual, quando da **Acorda**, foi possível com a aprovação da Lei nº 11.063, de autoria do atual presidente da Casa, Volnei Morastoni. "Vou encaminhar as solicitações à Comissão de Saúde, para os encaminhamentos necessários" afirmou Morastoni ao receber o documento. (MMV)



Presidente Morastoni recebe integrantes do Acorda

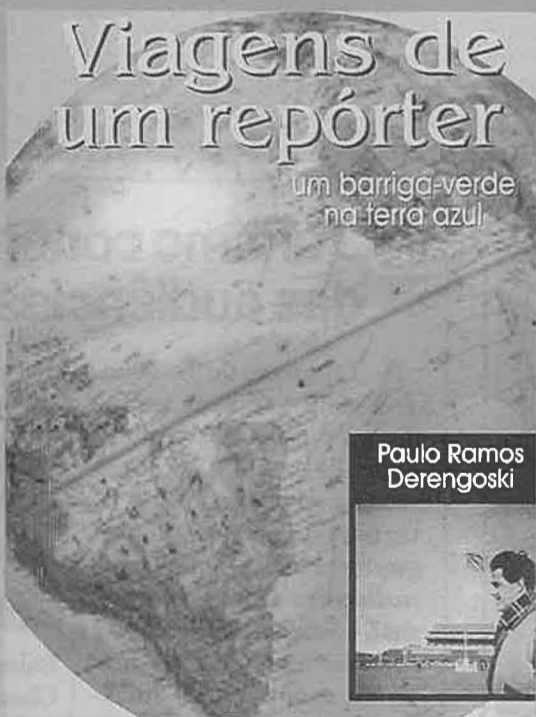
Godinho homenageia escritor lageano

O deputado Sérgio Godinho (PTB), ao subir à tribuna na terça-feira (06), prestou homenagem ao jornalista e escritor lageano, Paulo Ramos Derengoski, anunciando o lançamento de seu 7º livro, *Viagens de um repórter: Um barriga-verde na terra azul*, na Feira Estadual do Livro que acontece em Florianópolis. O parlamentar enalteceu a atividade de Derengoski como exemplo de profissional na área jornalística e destacou as obras editadas como a *Guerra do Contestado*, *Meio ambiente: Sua história*, *A saga dos guaranis*, *O Desmoronamento do mundo jagunço*, *Os Rebeldes do Contestado* e *os Cavaleiros do fim do mundo*.

"Paulo Derengoski é um exemplo não só como escritor mas como jornalista", falou o parlamentar. Na década de 50,

Viagens de um repórter

um barriga-verde na terra azul



Paulo Ramos Derengoski



através de convite de Samuel Wainer, trabalhou como repórter na Última Hora, no Rio de Janeiro, e foi galgando espaços neste setor, trabalhando com profissionais como Paulo Totti, Flávio Távares, Tarso de Castro,

Pilla Vares, Marcos Farmann e Marco Aurélio Garcia. Trabalhou na Folha de São Paulo e logo passou para a Revista Manchete, no Rio de Janeiro, dividindo a redação com Raimundo Magalhães Júnior, Carlos Heitor Cony, Zevi Ghivelder, Salim Miguel, Arnaldo Niskier e Justino Martins, entre tantos outros jornalistas. Além disso fez coberturas internacionais nos Estados Unidos, México, Tchecoslováquia, Hungria, Iugoslávia, Bulgária, Rússia, China, Escócia e outros países. Hoje, dedica-se

a pecuária e mantém coluna na Revista Nacional, reproduzida em vários jornais do Brasil. "É um orgulho para nós catarinenses tê-lo como destaque e por isso a nossa homenagem", disse Godinho. (CA)

Cultura afro-açoriana na Galeria de Arte

(foto Carlos Kilian)



Décio David

A Galeria de Arte Meyer Filho abriu espaço na noite de terça-feira (06) para a exposição de Décio David. Nascido em Florianópolis, iniciou sua carreira artística como bailarino em diversas companhias de dança do Brasil. No ano de 1974 começou a dedicar-se às artes plásticas, participando de várias exposições coletivas e individuais. Atualmente, suas obras retratam a cultura brasileira afro-açoriana, com enfoque para os folgue-

dos folclóricos do boi de mamão e para as negras e mulatas.

Segundo um dos seus incentivadores, o artista plástico Rodrigo de Haro, Décio David é um artista talentoso, de múltiplas variedades, uma voz importante da cultura negra.

Na abertura da exposição, que ficará na Assembleia até o próximo dia 13, João Décio David prestou homenagem ao seu avô, o artista nato João Rosa Júnior. (RMPP)

Jóia Rara no SC Canta e Encanta

Formada por 10 músicos, todos ilhéus, a banda Jóia Rara foi a atração do Projeto Santa Catarina Canta e Encanta desta quinta-feira, dia 8 de maio, às 17 horas na TVAL, com apresentação de Walter Filho. Jóia Rara é o grupo do Mazinho do Trombone, que toca este instrumento desde os 7 anos de idade e comanda a execução afinadíssima do repertório da MPB. Aos 62 anos, completados no dia 21 de abril, Mazinho traz

consigo o filho Marcelo, no baixo, o neto Diego Vieira, teclados e voz, Bruno, percussão e voz, Maycon na bateria, Deivison, pandeiro e voz, Euclésio no violão, Bruno na percussão, Rafael no surdo e Dyego Ewerton no cavaquinho. A banda aproveita a coincidência da data, 8 de maio, para homenagear o saudoso poeta Zininho que, se vivo, estaria completando 74 anos. A famosa canção Rancho do Amor à Ilha não será esquecida. (RV)



Banda Jóia Rara

Audiência discute política aquícola para SC

A necessidade de criação de uma política específica que trate do segmento aquícola no estado, tais como o declínio da pesca extrativista, o aumento da demanda, a preocupação com a geração de emprego e renda e o fomento ao comércio levou a Comissão de Constituição e Justiça a provocar a discussão, em audiência pública, do PL 314/02, que dispõe sobre a política aquícola em Santa Catarina, de autoria do deputado Joares Ponticelli (PP), na segunda-feira (05).

Além do presidente da Comissão, deputado João Paulo Klenubing (PFL), do autor do projeto, dos deputados Celestino Secco e Reno Caramori (ambos do PP), participaram do evento o presidente da Associação Catarinense de Aquicultura, Paulo de Tarso Rozas Rodrigues, o gerente de Pesca e Aquicultura da secretaria da Agricultura e Política Rural, Carlos Rogério Poli, a médica veterinária e fiscal federal do ministério da Agricultura, Marja Luiza Toschi Maciel, e a analista técnica do Crea, Isabelle Nami Régis, do representante da Univali, Adriano Maris, produtores e representantes de associações ligados ao segmento objeto de discussão.

Klenubing justificou a importância do debate como forma de discutir a criação de uma legis-

lação específica para o setor aquícola, somando ao projeto de autoria de Ponticelli propostas para que a atividade rural permaneça consolidada com a diversificação de culturas, proporcionando ao produtor rural condições de agregar maior valor a sua propriedade e também estimular a criação de mais empregos e renda ao homem do campo.

Ponticelli destacou que a aquicultura tem permitido a redução do extrativismo e da pesca predatória, transferindo o esforço da mão de obra para o cultivo de organismos aquáticos, repercutindo positivamente na preservação de diversos ecossistemas. "Hoje, mais de 25 mil pequenos produtores catarinenses vivem da produção aquícola, mas falta ao setor uma diretriz, uma linha de coordenação que equacione todas as questões envolvendo este segmento tão importante da economia do estado. Por isso apresentamos esse projeto em discussão", obser-

vou o parlamentar.

Os participantes da audiência pública aproveitaram para reforçar a íntegra do projeto com sugestões ligadas, não só ao desenvolvimento da atividade mas se detiveram também a questões da sanidade, da presença de profissionais habilitados e deram ênfase à questão ambiental.

Klenubing anunciou que a CCJ se reunirá com a Comissão de Agricultura e Meio Ambiente para a realização de uma audiência conjunta, ainda neste mês, para que, antes do recesso parlamentar de julho, o projeto seja deliberado pelo plenário e submetido à sanção governamental. (CA)



Setor contabiliza 25 mil pequenos produtores, lembrou deputado Ponticelli (ao centro)

Fretamento universitário

A polêmica sobre o decreto 1758 da prefeitura da Capital, de 09 de janeiro de 2003, que determina oito pontos de embarque e desembarque para os ônibus fretados por universitários, é tema da reunião da Comissão de Educação do dia 14, às 10 horas, no plenário. O decreto prejudica 10 mil estudantes universitários da Grande Florianópolis e já foi parar na Justiça. As empresas consideram pequeno o número de pontos estabelecidos pela prefeitura. O requerimento da discussão foi do deputado José Paulo Serafim (PT), que propôs o convite a vários setores. (RMPP)

CPI da Casan reúne-se na terça

Constituída por requerimento de autoria do deputado Sérgio Godinho (PTB), a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Casan se reúne na terça-feira (13), às 10 horas. No dia 7, foram indicados os últimos representantes das bancadas.

Compõem a Comissão os deputados Mauro Mariani (PMDB), Antônio Carlos Vieira, o Vieirão, e Joares Ponticelli, ambos do PP.

Dionei Walter da Silva e Pedro Baldissera pelo PT, João Rodrigues (PFL) e Clésio Salvaro (sem partido), indicado pelas legendas minoritárias na Casa (PL, PTB e PL). PropONENTE da CPI, Godinho está impedido regimentalmente de integrá-la por ocupar a vaga de 3º secretário da Mesa.

A presidência da primeira reunião cabe ao deputado Clésio Salvaro, atendendo o regimento, que determina que a primeira reunião deve ser con-

vocada e presidida pelo parlamentar mais idoso e com maior número de mandatos. Todos os outros são estreatantes. Salvaro tem 39 anos, um a mais que Ponticelli, e ambos estão em seu segundo mandato. Na reunião serão eleitos o presidente e o relator da CPI, que segundo acordo divulgado ficarão a cargo dos deputados João Rodrigues e Dionei da Silva, respectivamente. (MMV)

SUS em SC

O presidente da Comissão de Saúde, deputado Clésio Salvaro (sem partido), convocou o secretário de Saúde, Fernando Agustini, para uma reunião na segunda (12), às 9 horas. O parlamentar quer esclarecimentos sobre a análise e a divulgação de relatórios trimestrais sobre o montante e a fonte de recursos aplicados, as auditorias concluídas ou iniciadas no período, bem como a oferta e a produção de serviços do SUS na rede assistencial própria, contratada ou conveniada.

"As regras legais também devem ser cumpridas pelos secretários municipais. Também convocamos os presidentes de Câmaras de Vereadores a quem cabe fiscalizar o uso dos recursos", disse. A necessidade de uma unidade de banco de sangue e de um novo hospital em Tubarão também

está na pauta da discussão. O Nossa Senhora da Conceição, único hospital da cidade, ameaça não atender mais os pacientes conveniados com o SUS. Com isso também aumenta a demanda em Florianópolis e Criciúma. Outro ponto da discussão é a situação da Casamata do Hospital São José, em Criciúma. Está pronta para funcionar mas não presta atendimento; e a possibilidade de criação de uma unidade neonatal no município para prestar atendimento regionalizado. (CA)



Fernando Agustini

Turismo confirma datas das audiências Públicas

A Comissão de Turismo e Meio Ambiente, através de seu presidente, deputado Dado Cherech (PSDB), confirmou na terça-feira (07) as datas das audiências públicas que tratarão dos temas **Sazonalidade: Quais as causas?**, e **Sazonalidade: Como resolver o impacto negativo na economia do turismo? Como solucionar?**.

O primeiro evento está marcado para o próximo dia 24, às 11 horas, no Sibara Flat Hotel, em Balneário Camboriú.

No dia 14, o secretário de

Organização do Lazer, Gilmar Knaesel, estará na Comissão para tratar sobre o Prodetur (Programa de Desenvolvimento do Turismo). (CA)

Audiências

Balneário Camboriú – 24/05
 Chapecó – 09/06
 Treze Tílias – 30/06
 Lages – 11/08
 Criciúma – 25/08
 Blumenau – 01/09
 São Francisco do Sul – 29/09
 Florianópolis – 13/10

Demissão de aposentados da Celesc

(fotos Solon Soares)

A notificação recomendatória para a exoneração de 301 empregados já aposentados que continuam prestando serviços à estatal e recebendo vencimentos também do INSS, encaminhada pela Procuradora Geral do Trabalho (PGT), Cristiane Kraemer Ghelen Caravieri, à direção da Celesc- foi assunto de audiência pública conjunta realizada terça-feira (6), no plenarinho da Assembléia, pelas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Trabalho e Serviços Públicos.

A PGT instaurou em 1999 procedimento investigatório para verificar se existia acúmulo de aposentadoria, constatando que a Celesc possuía servidores nesta condição, o que,

segundo Cristiane, é vedado pelo artigo 37 da Constituição Federal e 453, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Este último motivo de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) impetrada pelo PDT e PC do B pedindo a suspensão do artigo, ainda aguardando a análise do mérito no Supremo Tribunal Federal (STF).

O presidente da Celesc, Carlos Rodolfo Schneider, disse aos parlamentares e representantes dos empregados que não há nenhuma dúvida quanto à pertinência do parecer da PGT que pede a extinção dos contratos de trabalho. Ele informou que o assunto será levado à discussão no Conselho Administrativo da Celesc, mas solicitou

que a AL intermediasse junto ao Ministério Público um termo de ajuste de conduta para que este processo não venha se tornar oneroso à empresa com a demissão dos funcionários. "Existe jurisprudência trabalhista firmando entendimento que com a aposentadoria espontânea ficam extintos os contratos de trabalho. Estamos sujeitos a uma ação civil



Deputados buscam solução política desde 1997

pública, por isso a busca de um ajustamento de conduta, de forma que a decisão seja menos traumática à empresa".

A proposta para a intermediação do termo de ajustamento de conduta foi contestada por parlamentares e pelo presidente do Sindicato dos Administradores de Santa Catarina, João Paulo de Souza. "Termo de ajustamento é para quem está na ilegalidade, o que não é o caso uma vez que a Adin não teve seu mérito julgado", destaca o sindicalista. O presidente da CCJ, deputado João Paulo Kleinubing (PFL), afirma que a disposição é por uma solução política como vem acontecendo desde 1997. "É precipitada a decisão

pela demissão porque causa prejuízo à empresa que necessita do trabalho prestado por estes funcionários e, no caso do julgamento da Adin permitindo os contratos de trabalho, os servidores demitidos podem vir a pedir reintegração, criando outro imbróglio jurídico. A administração da Celesc tem responsabilidade com o bom serviço." Segundo João Paulo Souza, a demissão destes funcionários afetaria diretamente a prestação de serviço, pois eles atuam principalmente nas áreas comercial, de atendimento ao consumidor, na manutenção de redes e linhas, nas subestações e centrais de operação e de distribuição. (SD)



Carlos Rodolfo Schneider

CIEE presta contas

A convite do deputado Joares Ponticelli (PP), o presidente do Centro de Integração Empresa-Escola de Santa Catarina (CIEE), Márcio Felski, apresentou aos deputados o relatório de atividades e o balanço social do ano de 2002. Mesmo sendo uma ONG (Organização Não Governamental), segundo Ponticelli, a instituição aproveitou a oportunidade para mostrar a transparência de suas atividades e serviu como uma forma de mostrar o trabalho realizado em benefício do estudante catarinense.

Felski informou que 90% de todos os jovens que procuram o CIEE buscam sua primeira oportunidade profissional são estudantes de nível médio e superior, oriundos de escolas públicas e de famílias de baixa renda. Atender aos anseios desses jovens é o nosso grande desafio, diário, perseguido por toda equipe funcional e pelos conselheiros do CIEE catarinense. Ações são desenvolvidas para a realização da formação profissional nas empresas através de estágios remunerados e orientados, para possibilitar o sucesso profissional e pessoal dos estudantes. A consolidação do sucesso é resultado do empenho dos conselheiros e equipe da gestão executiva, sem os quais nossos objetivos não seriam alcançados". Na oportunidade foi apresentado um audiovisual sobre o trabalho desenvolvido pela ONG em todo o País. (CA)

Orçamento das regionais retorna à CCJ

(Jonas Lemos Campos)

A Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Djalma Berger (PFL), aprovou quarta-feira (7), com a abstenção dos deputados pevistas Dionei Valter da Silva e Wilson Vieira Dentinho, o Projeto de Lei nº 34/03, de origem do Executivo. A matéria autoriza a abertura de crédito especial no valor de R\$ 26 milhões para operacionalização administrativa e de pessoal das secretarias regionais.

Há recomendação do relator, deputado Reno Caramori (PP), para que a matéria retorne à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para análise da legalidade e constitucionalidade. Os deputados Antônio Carlos Vieira (PP) e Antônio Ceron (PFL) manifestaram votos

favoráveis, com restrição, à destinação de parte dos recursos da saúde, no valor de R\$ 3,5 milhões, para pagamento de pessoal. Vieirão diz que a medida descumprido dispositivo constitucional que determina o percentual a ser repassado para a

área da saúde. O parlamentar quer ainda que o Tribunal de Contas do Estado (TCE) preste informações sobre os empenhos com multas de trânsito e despesas fracionadas, que constam no relatório das atividades do 4º trimestre de 2002 do TCE.



Parlamentares deliberam sobre abertura de crédito especial

Regionalizado

Durante a reunião, o deputado Dionei Walter da Silva (PT) manifestou-se contrário à realização de audiências conjuntas entre o Legislativo e o Executivo para a formulação do orçamento regionalizado.

Ele defende a independência do Legislativo nesse processo e argumenta que se for acertada uma agenda conjunta é preciso que se regulem a forma como o Legislativo vai participar das audiências. Ele também quer garantir a participação do Conselho Estadual do Orçamento Regionalizado, formado por um parlamentar de cada sigla. (SD)

AL sedia Encontro do Mercosul sobre Audiovisual

Criação de uma Comissão específica para elaborar estudos abrindo caminho para a formação de uma Frente Parlamentar do Bloco é meta do encontro

Denise Arruda Bortolon

Parlamentares dos países do Mercosul reúnem-se no dia 26, na Assembléia catarinense, para debater as políticas e legislações existentes nos países membros – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai -, e os que têm parcial adesão, como Bolívia e Chile – relativas ao incentivo da produção audiovisual. O 1º Encontro Parlamentar do Mercosul Audiovisual integra as atividades do 7º Florianópolis Audiovisual Mercosul (FAM), de 20 a 30 de maio. Em coletiva na quarta-feira (7), o presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT), juntamente com Mário Héctor Parente, coordenador de relações do Mercosul, Antonio Celso dos Santos, coordenador geral do 7º FAM, e Mauro Beal, secretário geral da comissão organizadora do encontro parlamentar, falaram sobre a reunião.

Frente Parlamentar

Morastoni salientou a importância do festival para o estado, que tem tudo para se transformar num pólo de referência nessa área. A reunião de parlamentares servirá para a criação ou a modificação das legislações, tornando mais fácil a circulação dos produtos entre os países do bloco.

“Os objetivos principais desse encontro serão a criação de uma comissão parlamentar para tratar do assunto e que mais tarde venha a tornar-se uma Frente Parlamentar, e que no final do encontro seja elaborado um documento com propostas para viabilizar a produção cinematográfica,” concluiu o presidente.

Beal reforçou que realmente haverá uma grande representação parlamentar sem esquecer de grandes nomes da área do audiovisual. Acredita que com a formação da Frente Parlamentar, o encontro deixará de ser anual e passará a ser semestral devido à importância do evento para os envolvidos no projeto. Explicou que cada país tem suas leis audiovisuais e que seria importante a unificação das leis entre os países participantes, a facilitação de idas e vindas de novos projetos como se não houvesse fronteiras.

Há mais de 10 anos no Brasil, Mário Hector, argentino, disse ser importante conhecer a posição do Mercosul e dos países convidados em relação às produções. “O povo argentino voltou a assistir os filmes nacionais e a mesma coisa aconteceu no Chile e no Uruguai”. Também disse ser constrangedora a dificuldade no transporte e na liberação dos produtos na alfândega dos países e que



(foto Carlos Kilian)

Encontro deve abrir caminho para formação de uma Frente Parlamentar, analisaram os entrevistados

geralmente os mesmos são exibidos em amostras e de forma gratuita. Os filmes exibidos no FAM ainda têm caráter exclusivo e as produções são recentes. Professor do curso de Cinema e Vídeo, disciplina de Cinema Latino-americano, Celso esclareceu que a atividade parlamentar mexe diretamente com essa área, e o objetivo é construir um diálogo mais produtivo com os parlamentares.

O 1º Encontro Parlamentar do Mercosul Audiovisual acontece no dia 26, na AL, com abertura oficial do evento às 9h. Logo após haverá pronunciamento dos representantes dos países envolvidos e ainda pela manhã discussões das propostas e o seu encaminhamento. Após o almoço iniciam-se os trabalhos, apresentação dos resultados, apresentação do plano de atuação, leitura da Carta de Florianópolis – Mercosul Audiovisual e o encerramento do encontro.

Festival Audiovisual já é referência

Reunindo estudantes, especialistas, profissionais, sindicatos, distribuidores e exibidores, o Festival vai exibir oito longas da Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, de 23 a 30 de maio. Quarenta e oito curtas e 16 produções em 16 mm integram a mostra, cuja exibição acontece na sala do prédio sede da Justiça Federal em Florianópolis, antigo Cine Cecontur. Vídeos de animação e infanto-juvenis também estão na programação.

Há ainda um ciclo de debates e seminários, no Hotel Castelmor, enfocando questões mercadológicas, as produções regionais, políticas internacionais, e o Fórum das Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais fecha o programa desta sétima edição do Festival.

A Mostra do 7º FAM

Longas

Data	País	Título	Diretor
23/05	Argentina	Luca vive	Jorge Coscia
24/05	Brasil	Concerto Campestre	Henrique Freitas Lima
25/05	Chile	El Leyton	Gonzalo Justiniano
26/05	Argentina	Caja Negra	Luis Ortega
27/05	Uruguai	Em la puta vida	Beatriz Flores Silva
28/05	Brasil	Celeste e Estela	Betse de Paula
29/05	Argentina	Ilusión de movimiento	Hector Molina
30/05	Brasil	Narradores de Javé	Eliane Caffé

16 mm

Título	Produção	Estado
A vingança de Kaligara	Jerri Dias	RS
Âmago	Ana Paula Nunes	RJ
Assis & Aletéia	Emanuel Mendez	SP
Em um bar	Patrícia Freitas	RJ
O engraxate	Leonardo Duarte	RJ
O metro quadrado	Flavia Candida	RJ
Os donos da morte	Alexandre Guerreiro	RJ
Pois é vizinha	Leo Sassen	RS
Rastro	R.C. Ballerini	DF
Resgate cultural o filme	Telephone Colorido/Pajé Limp	RJ
Vivas	Patricia Freitas/Tiago Morena	RJ
Vontade	Manoel Rangel	SP

Maiores informações pelo fone (48 - 223 7343) ou no site www.panvision.com.br



TVAl fará cobertura

Em exibição na programação da TV Assembleia durante as duas últimas semanas, os vídeos premiados pelo FAM de 2002 darão lugar à cobertura do evento, tanto do Festival quanto do Encontro Parlamentar.

Guidi sugere criação de site eletrônico sobre turismo rural

O deputado Altair Guidi (PP) apresentou indicação solicitando ao governador do Estado, Luiz Henrique da Silveira (PMDB), a criação de um site eletrônico sobre o turismo rural catarinense, com as informações básicas de cada um dos estabelecimentos voltados a este segmento. Ele justifica a proposição observando que o turismo rural é uma atividade econômica forte se considerado o conjunto de todas as iniciativas, mas extremamente frágil se consideradas as iniciativas isoladamente.



guidi@alesc.sc.gov.br

“A criação de um site eletrônico sobre o turismo rural, contendo informações genéricas sobre este segmento, onde estariam listadas todas as opções, com as informações bá-

sicas de cada uma, como por exemplo, nome e categoria comercial do estabelecimento, as principais atrações artísticas, o telefone, o endereço comercial e o endereço eletrô-

nico, possibilitaria que todos os interessados neste tipo de turismo organizassem seus próprios roteiros, podendo usufruir do que o nosso estado tem de melhor, alongando a temporada turística por 12 meses e não apenas por 90 dias como tradicionalmente ocorre”, argumenta o parlamentar.

Guidi ressalta que a adoção desta iniciativa, seguramente, proporcionará um novo status ao turismo rural de Santa Catarina, estimulando a concretização de novos empreendimentos que haverão de proporcionar crescentes oportunidades de trabalho e renda para todos os catarinenses. (CA)

Viagem do governador

O plenário aprovou licença para o governador LHS ausentar-se do país no período compreendido entre os dias 17 de maio e 2 de junho. Ele viajará com destino à Rússia, Eslováquia e França, tendo como motivos principais a negociação no sentido de ampliar as exportações, estabelecer parcerias e contatos nas áreas econômica e cultural.

Um dos destaques da pauta de conversação com os russos é o convite de Luiz Henrique aos técnicos daquele país para que venham a Santa Catarina conhecer os rebanhos e verificar, in loco, que não existe qualquer problema com a carne suína, especificamente sobre o mal de Aujeszki, que estava impedindo a exportação do produto pelos catarinenses. (CA)

... Curtas ...

Malha asfáltica

Mensagem do deputado Onofre Agostini (PFL) solicita ao Executivo medidas urgentes da recuperação da malha asfáltica da BR-282, no trecho Rancho Queimado/ Alfredo Wagner, em razão do péssimo estado de conservação em que se encontra rodovia, principalmente na localidade de Taquaras, que vem tendo muitos prejuízos e riscos a todos que fazem uso da mesma.

Recursos para o SUS

Por indicação do deputado Dado Chereem (PSDB) foi solicitado ao secretário da Saúde que seja revista a tabela SIA-SUS aos municípios do litoral da Santa Catarina para transferir aumento financeiros do SUS, via orçamento do Estado, conforme a demanda turística. Estes municípios, nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro de cada ano, chegam a triplicar sua população, devido à grande demanda turística.

Dificuldades financeiras

O deputado Genésio Goulart (PMDB) reitera a solicitação feita pela prefeitura de Treze de Maio ao secretário de Transportes e Infraestrutura de recursos para a implantação de drenagem pluvial, construção de 40 abrigos de passageiros, pavimentação e drenagem da Avenida dos Imigrantes e do acesso a Treze de Maio/Morro da Fumaça e cessão de máquinas e equipamentos do DER para serviços no município.

Linha de crédito

É solicitado ao governador do Estado urgentes medidas para disponibilização de linha de crédito/financiamento destinados às construções e reformas de habitações do meio rural. “É de extremo valor que seja garantido o mínimo de estrutura e de condições de minimizar as dificuldades dos agricultores do setor rural. Em muitos casos, os trabalhadores rurais não dispõem de condições dignas de habitação que permitam exercerem as suas funções de modo sadio e honesto”, justifica o autor do pedido, deputado Rogério Mendonça (PMDB).

Operação Escorpião

O secretário da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, João Henrique Blasi, acolheu o pedido do deputado Julio Garcia (PFL), feito em conjunto com o deputado Ronaldo Benedet (PMDB), para estender a Operação Escorpião a Criciúma. “A Operação Escorpião já está em execução em Florianópolis e Joinville com sucesso e aprovação da comunidade. É necessária a presença urgente de operação semelhante em Criciúma para que a comunidade volte a viver dias de tranquilidade e para que a juventude não fique à mercê dos traficantes, marginalizados e vulnerável ao crime”, enfatiza Garcia.

Nova vara de Comarca para Fraiburgo

Preocupado com a agilidade dos processos judiciais na Comarca de Fraiburgo, o deputado Romildo Titon (PMDB) solicitou ao presidente do Tribunal de Justiça a instalação da 2ª Vara de Comarca e a designação de um juiz co- operador para o município. Atualmente, tramitam em Frai-

burgo mais de 10 mil processos, 50% deles referentes a ações de família e aposentadorias que exigem uma resposta rápida por envolver problemas sociais.

Além do município sede, a Comarca atende a toda a demanda do município de Monte Carlo e os processos



titon@alesc.sc.gov.br

eleitorais de Lebon Régis. Titon alega que é humanamente impossível atender de forma satisfatória esse volume de trabalho. A única juíza responsável, Cleusa Maria Cardoso, teve que suspender as audiências marcadas, processos criminais que sequer serão julgadas este ano. (NC)

Aprovados em primeiro turno

Com 28 votos favoráveis, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar 0023.3/02, de autoria do Tribunal de Contas do Estado (TCE), onde executivos e legislativos do Estado e dos municípios, e Poder Judiciário estadual terão prazo dilatado até final deste ano para implementar seus respectivos controles internos de contas.

Desta forma será alterado o artigo 119 da Lei Complementar 202/00, que criou a Lei Orgânica do Tribunal de Contas. O artigo determinava um prazo de 120 dias a partir da publicação da lei para a implementação dos controles externos. Os sistemas internos são necessários justamente para atender às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A ampliação do prazo foi solicitada pelo próprio presi-

dente do TCE, Salomão Ribas Júnior, atendendo reivindicação formulada pela Federação Catarinense dos Municípios (Fecam), ancorada na dificuldade de atender a exigência em prazo tão curto.

Política habitacional - Aprovado proposta de autoria do deputado Francisco de Assis (PT) que destina 10% das unidades habitacionais populares construídas com recursos públicos estaduais a pessoas portadoras de deficiência física carentes.

Obrigatoriamente, os beneficiados teriam que ser portadores de deficiência física permanente, comprovada por laudo médico, residir há pelo menos três anos no município em que pretende adquirir o imóvel popular, não ser proprietário de outros imóveis (seja na área rural ou urbana), ter rendimento máximo compatível com o estabelecido pelo programa. (MMV)

Agenda

Dia 12, 9 horas – Audiência pública da Comissão de Saúde com o secretário Fernando Agustini sobre a aplicabilidade dos recursos do SUS

Local: Plenarinho

Dia 12, 19 horas – Sessão solene em homenagem às personalidades catarinenses que se destacaram em defesa da raça negra

Local: Plenário

Dia 13, 10 horas – Instalação da CPI da Casan

Local: Sala das Comissões

Dia 14, 19 horas – Projeto Retratos de Santa Catarina – Blumenau

Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Dia 14, 19 horas – Sessão solene em comemoração aos 80 anos da Base Aérea de Florianópolis

Local: Plenário

Dia 15, 14 horas – Audiência pública: Cumprimento da missão dos conselhos tutelares dos direitos da criança e do adolescentes nos municípios de SC – Apresentação do Instituto Criança Cidadã

Local: Plenário

Dia 15, 19 horas – Instalação da Ordem dos Pastores do Brasil (OPB)

Local: Plenário

Dia 16, 15 horas – Audiência da Comissão de Agricultura para discutir a avaliação das benfeitorias realizadas pelos agricultores em propriedades localizadas na comunidade de Sede Trentin

Local: Pavilhão da Efapi - Chapecó

Da ação voluntária à renovação da maternidade



"Inutiliza o gesto possuidor das mãos.
Sê a árvore que floresce
Que frutifica
E se dispersa no chão.
Deixa os famintos despojarem-te.
Nos teus ramos serenos
Há florações eternas
E todas as bocas se fartarão"

Cecília Meireles (Cânticos)

Mirela Maria Vieira

Aos 11 anos, o Lar Recanto do Carinho é a face doce do misto de tragédia, abandono e fatalidade das histórias dos Mozarts, Davis, Marlons, Rosimeris, Marielis, Fernandos, e tantos outros herdeiros do casamento entre o vírus HIV e a miséria. Na tarde ensolarada de terça-feira (6), a algarra na entrada da casa - que abriga o Lar de 56 crianças e adolescentes até 16 anos -, é resultado da chegada de uma tonelada e meia de alimentos não perecíveis. A doação da Liga Catarinense de Jiu-Jitsu e Submission movimentou os pequenos, sob a orientação e os olhos atentos das "mães" do turno diurno.

No total, a criançada tem 32 "mães fixas" - funcionárias do Gapa (Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS) - e, atualmente, 30 "mães" voluntárias eventuais. Algumas delas, diz Sandra Oliveira, subcoordenadora do Lar, podem acabar levando consigo pelo menos um dos pequenos. Foi assim que aconteceu com 35 internos nestes onze anos de existência da instituição. "Todas as nossas crianças adotadas foram levadas por voluntárias. Elas começam assim, acabam se apaixonando por um

ou mais deles. Mas, eles sempre vêm nos visitar, ficam bem ligados, afinal fomos seu lar, suas mães", comenta.

Há um ano e quatro meses a dona de casa Carmem Martins, mãe de um casal com idades de 30 e 23 anos, começou a ser mãe voluntária, numa rotina que, à princípio, estabeleceu em um dia por semana, às terças-feiras. "Mas,



Sandra: Trabalho recompensador

eu sinto saudades deles todos, todos. Aí, eu apareço na quinta, na sexta, no sábado...", diz, envolvida por seis crianças que começam a ensaiar os primeiros passos numa das salas do maternal. Com a energia característica desta idade, o vírus que hoje é contido com muito sucesso na maioria dos casos com o coquetel anti-HIV simplesmente não interessa à Carmem. "Faz delas ainda mais especiais. Mas, todas as crianças são especiais".

Em meio a uma das tarefas mais árduas com grupos de mais de dez crianças entre quatro e oito anos - alimentá-las, em ordem -, Neusa Cerutti, uma das responsáveis pelo maternal, resume numa frase a maior necessidade deles. "Eles precisam de colo, muito colo, muitos abraços, muito amor".



Carmem: "É maravilhoso!"



(foto: Carlos Kilian)

Nova moradora

Há duas semanas a família aumentou com a chegada de Vitória. Soropositiva, filha de uma adolescente, ela foi encaminhada pelo juizado. Não deu a mínima importância nem para a bagunça provocada pela doação de alimentos, e muito menos para a equipe de reportagem do AL Notícias.

Possibilidade de adoção perdida de adolescentes ao Lar

Se para os pequenos de 0 até 8 anos a possibilidade de adoção é boa, o mesmo não acontece com aqueles que chegaram à adolescência. Chegados ainda por desmamar ao Recanto do Carinho, vários dos hoje adolescentes, perderam oportunidades de serem adotados. A morosidade no processo judicial que envolve a retirada do pátrio poder dos pais biológicos deu ao Lar mais um desafio. "Estamos aprendendo a lidar com eles,

como acontece com os filhos da gente, é um processo natural", assinala Sandra Oliveira.

O fato pode continuar se repetindo, pois hoje o coquetel consegue dar qualidade de vida e longevidade aos portadores do vírus HIV. "Quando começamos o Lar, a expectativa de vida das crianças era muito pequena. Agora, graças ao coquetel, não perdemos nenhuma nos últimos três anos", salienta ela. Os ado-

lescentes estudam no Colégio Estadual Padre Anchieta, assim como os que estão no ensino fundamental. A pré-escola é mantida pelo Colégio Menino Jesus. As crianças recebem reforço pedagógico com três funcionárias cedidas pela prefeitura, que também cede o atendimento odontológico. O acompanhamento da saúde é feito pelo Hospital Joana de Gusmão, localizado na mesma rua.

As delícias de se deixar adotar

Inês May Pereira, servidora do Legislativo, lotada no Almoxarifado, não resistiu, provando que coração de mãe não tem problemas com espaço. Mãe voluntária desde a criação do Recanto, há três anos não resistiu e atendeu aos apelos de duas irmãs - e depois do irmão mais velho - para tornar-se mãe "de verdade" deles. "Eu comecei levando todos os finais de semana, e aí a turminha me adotou, e a família toda os adotou também", rememora.

Hoje, Roger, que chegou por último na fila da adoção de Inês, está com 11 anos, Caroline com oito e Franciele com seis, e animam a vida dos irmãos adotivos Graziela, Frank e Shirlei, de 24, 22 e 21 anos, respectivamente, filhos biológicos de Inês.



"Quero adotar mais um pelo menos"